

# DECRETO Nº 15.396 DE 27 DE AGOSTO DE 2014

(Publicado no Diário Oficial de 28/08/2014)

**Altera o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que dispõe a Lei nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000, e na Lei nº 12.939, de 31 de janeiro de 2014,

## DECRETA

**Art. 1º** Os dispositivos do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000, indicados a seguir, passam a vigorar com a seguinte redação:

**I** - incisos I a VIII do *caput* do art. 30:

*“I - hipoteca;*

*II - alienação fiduciária;*

*III - caução de títulos;*

*IV - fiança bancária;*

*V - fiança, aval dos sócios e/ou de terceiros;*

*VI - penhor;*

*VII - penhor de direitos creditórios;*

*VIII - penhor de direitos creditórios do Sistema Único de Saúde - SUS, penhor de direitos creditórios da Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais - PLANSERV, garantia real, além de aval e fiança para os financiamentos aos empreendimentos do setor de serviços de saúde;”;*

**II** - a alínea “d” do inciso X do *caput* do art. 40:

*“d) nível de participação: até 80% (oitenta por cento) do valor do veículo novo;”;*

**III** - o item 1 da alínea “f” do inciso X do *caput* do art. 40:

*“1 - veículos novos do tipo vans, minivans, furgão ou micro-ônibus, com capacidade igual ou superior a 07 (sete) passageiros”;*

**Art. 2º** Ficam acrescidos os seguintes dispositivos ao Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000, com a seguinte redação:

**I** - inciso XIX ao *caput* do art. 1º:

*“XIX - ações destinadas a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.”;*

**II** - alínea “d” ao inciso IV do § 1º do art. 1º:

*“d) os encargos financeiros, limitados ao equivalente a 8% a.a. (oito por cento ao ano), das operações de crédito realizadas por instituições bancárias oficiais, com valor mínimo de R\$70,00 (setenta reais) e máximo de R\$30.000,00 (trinta mil reais), destinadas à aquisição de produtos e serviços de tecnologia assistiva;”;*

**III** - alínea “d” do inciso I do caput do art. 72:

*“d) os encargos financeiros, limitados ao equivalente a 8% a.a. (oito por cento ao ano), das operações de crédito realizadas por instituições bancárias oficiais, com valor mínimo de R\$70,00 (setenta reais) e máximo de R\$30.000,00 (trinta mil reais), destinadas a pessoas físicas com renda bruta mensal de até 10 (dez) salários mínimos para aquisição de produtos e serviços de tecnologia assistiva;”.*

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 27 de agosto de 2014.

**JAQUES WAGNER**

Governador

Carlos Mello

Secretário da Casa Civil em exercício

José Sérgio Gabrielli de Azevedo

Secretário do Planejamento

Nilton Vasconcelos Júnior

Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Paulo César Lisboa Cerqueira

Secretário de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

Manoel Vitório da Silva Filho

Secretário da Fazenda

James Silva Santos Correio

Secretário da Indústria, Comércio e Mineração

Andréa Almeida Mendonça

Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação

Jairo Alfredo Oliveira Carneiro

Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura